

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.306 - SC (2019/0302422-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado por porte ilegal de munição de uso permitido (art. 14, **caput**, da Lei n. 10.826/03), em razão da tipicidade da conduta, advinda, em especial, da potencialidade lesiva das munições e do **modus operandi** do delito.

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de apelação na origem, o qual foi desprovido, em v. acórdão, assim ementado (fls. 219-233):

"APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO (ART. 14, DA LEI N. 10.826/2003). SENTENÇA CONDENATÓRIA PELO PORTE DE DUAS MUNIÇÕES APREENDIDAS. RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO PELA ATIPICIDADE DA CONDUTA ANTE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA [BAGATELA]. NÃO ACOLHIMENTO. RÉU MULTIRREINCIDENTE EM CRIMES DOLOSOS. SITUAÇÃO QUE IMPEDE A APLICAÇÃO DO INSTITUTO.

'O princípio da insignificância ou bagatela, sabe-se, repousa na ideia de que não pode haver crime sem ofensa

Superior Tribunal de Justiça

jurídica - nullum crimen sine injuria -, e deve ser invocado quando verificada a inexpressividade de uma determinada lesão a um bem jurídico tutelado pelo ordenamento legal. No entanto, a contumácia do desrespeito do agente para com a lei e o patrimônio alheio revela a grande periculosidade social da ação e a alta reprovabilidade do comportamento deflagrado por aquele, o que impede a aplicação do princípio à hipótese. (TJSC, Apelação Criminal n. 0006289-23.2016.8.24.0008, de Blumenau, rel. Des. Paulo Roberto Sartorato, j. 16-03-2017)'. CONDENAÇÃO MANTIDA. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROFERIDA NO ARE N. 964.246. "Em regime de repercussão geral, fica reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal (STF, Min. Teori Zavascki) (TJSC, Apelação Criminal n. 0000949-67.2018.8.24.0125, de Itapema, rel. Des. Getúlio Corrêa, Terceira Câmara Criminal, j. 09-04-2019)'. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

Nesses termos, trechos do v. acórdão (fls. 230-231):

"No caso em apreço, embora a perícia realizada no armamento apreendido tenha atestado a sua ineficiência, "visto que o gatilho estar travado, não permitindo acionar o mecanismo de disparo" (fl. 56), a prova oral traz fortes indicativos de que os danos observados na arma de fogo surgiram como consequência da conduta do agente no momento da abordagem. Vejamos:

Consoante relato dos agentes policiais no boletim de ocorrência, o artefato "foi localizado em um gramado ao lado do calçamento da via, local exato que a guarnição avistou Leonardo Alves de Oliveira jogar o objeto", sendo que, durante a coleta e apreensão do armamento, foi por eles percebido "que o revólver estava com o guarda gatilho amassado, devido a queda no momento que Leandro Alves de Oliveira se desfez da arma, como também a arma possuía resíduos recentes de cimento do local", e, igualmente constatado "que o piso do calçamento onde a arma chocou-se estava quebrado". (fls. 21/22).

Essa situação inclusive é confirmada pelo agente Rafael Reis em contraditório, quando disse que "quando a guarnição chegou perto ele conseguiu tirar (referindo-se a arma de fogo) e jogou para o lado direito dele,

Superior Tribunal de Justiça

sendo que a arma deu na calçada ali, e até no ferrolho ali fez um...um... danificou um pouco ali". (mídia à fl. 135, 01'23" - 01'33").

Não bastasse, o próprio acusado apresenta uma narrativa que corrobora esse entendimento, uma vez que, ao ser questionado pelo magistrado de piso sobre a finalidade dos artefatos, disse categoricamente que os portava para sua defesa pessoal (01'16", mídia à fl. 135).

Ora, difícil acreditar que o réu tenha pago aproximadamente quatrocentos reais, conforme declarado em juízo, por um artefato que sequer se prestava para o fim que pretendia. Aliás, friso que o argumento de que o armamento serviria apenas para amedrontar quem quer que estivesse colocando a sua vida em risco somente foi levantado após uma menção expressa do magistrado a quo neste sentido (01'16" - 1'25", mídia à fl. 135).

Assim, como levantado pelo ilustre Procurador de Justiça em sua manifestação, é questionável o fato do artefato ter sido danificado no momento da perseguição policial, sobretudo porque a perícia restringiu a ineficiência do armamento – e aqui faço questão de citar novamente trecho do parecer do expert – ao "estado em que se encontra", relativo apenas ao fato do "gatilho estar travado, não permitindo acionar o mecanismo de disparo" (fl. 56), consequentemente, questionável se as munições devem ser consideradas isoladas do armamento, o que, segundo a orientação das Cortes Superiores, igualmente afastaria a incidência do princípio da insignificância.

Não obstante a isso, fato é que o apelante não foi condenado pelo porte do artefato, justamente porque a perícia atestou a sua ineficiência no estado em que se encontrava, motivo pelo qual a circunstância da apreensão, somada a prova oral produzida e ao levantamento dessa questão, servem apenas para corroborar ainda mais o entendimento pela inaplicabilidade do princípio da bagatela ao caso.

Nesse contexto, não há como reconhecer a atipicidade material da conduta do apelante pelo princípio da insignificância". (grifei)

Daí o presente **habeas corpus**, em que a d. Defesa sustenta haver constrangimento ilegal pela **atipicidade material da conduta do art. 14, caput, da Lei n. 10.826/03**, tendo em vista a ausência de violação ou mesmo ofensividade a qualquer bem jurídico tutelado.

Alega que não houve a apreensão da respectiva arma de fogo compatível e apta a efetuar disparos, haja vista a arma apreendida ter se mostrado inepta a tal fim, conforme o laudo pericial.

Invoca a aplicação do **princípio da insignificância**, com a consequente absolvição.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse aspecto, aduz ser irrelevante a reincidência do paciente.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para "*suspender os efeitos da condenação até julgamento definitivo do writ; [...] Ao final, concedida ou não a liminar, seja DECLARADA a ilegalidade do acórdão impugnado para o fim de ABSOLVER o PACIENTE da imputação de crime de porte ilegal de munição de uso permitido, por aplicação do princípio da insignificância ou por reconhecimento de que a conduta era ex ante destituída de possibilidade de perigo, nos termos do art. 386, III, do CPP. Subsidiariamente, caso não seja conhecido o habeas corpus, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/88, art. 5.º, LXVIII; CPP, art. 654, § 2º)*" (fl. 17).

É o relatório.

Decido.

Não se divisa, nesta análise perfunctória, própria dos pedidos liminares, o alegado constrangimento ilegal.

Prima facie, o paciente não ostenta a totalidade dos requisitos necessários à aplicação do princípio da insignificância, razão pela qual deve-se aguardar a instrução do feito com as informações **a quo** e o parecer do d. Ministério Público Federal.

Além disso, o **pedido liminar, como um todo, tem caráter eminentemente satisfativo.**

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO. [...] 2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância. 3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. [...] 2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Forte nessas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator